



Vargem Grande do Sul - Prefeitura Municipal

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE 2016

3º QUADRIMESTRE

Parágrafo 4º do artigo 9º da Lei Complementar 101/2000

Data de Emissão: 21/02/2017

1. INTRODUÇÃO

É com satisfação que comparecemos ante a esta Comissão, autoridades e cidadãos do Município de Vargem Grande Do Sul para demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e da seguridade social, nos termos do estabelecido no parágrafo 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000).

Permitam-nos, desde logo, ressaltar que os valores apresentados neste relatório, em conjunto com o "Relatório Resumido de Execução Orçamentária", e o "Relatório de Gestão Fiscal", referentes, respectivamente, ao 3º Quadrimestre, consubstanciam-se no cumprimento das exigibilidades emanadas da referida Lei Fiscal, no que concerne à transparência e ao acompanhamento da execução do orçamento e das metas fiscais.

Nesta audiência apresentaremos os principais aspectos que condicionaram o comportamento das receitas, das despesas, do resultado primário e dos limites constitucionais apurado até o 3º Quadrimestre de 2016.

2. RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. RECEITAS

Considerando todas as fontes de recursos, a Receita Total realizada, até o 3º Quadrimestre de 2016, foi de R\$ 89.152.865,16, o que corresponde a 94,95% do total previsto para o exercício de 2016. Observando-se os maiores grupos, as Receitas Correntes atingiram 99,23% e as Receitas de Capital 0,77% do valor arrecadado.

2.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem basicamente dos recursos arrecadados pelo município através de impostos, taxas, contribuições e serviços, e pelas transferências constitucionais e legais. Foram arrecadados neste grupo R\$ 88.462.663,16, correspondendo a um incremento de 9,27% em relação ao mesmo período do exercício de 2015.



2.1.2. Receitas de Capital

As Receitas de Capital com ingresso de R\$ 690.202,00 representaram -81,65% do valor arrecadado até o 3º Quadrimestre em relação ao mesmo período do exercício 2015. Sua composição decorre, basicamente, das operações de crédito e de liberações da União, através de convênios e outras transferências. As realizações estão submetidas a cronogramas de desembolsos e prestações de contas.

2.2. DESPESAS

A despesa liquidada até este quadrimestre totalizou R\$ 88.741.210,14, correspondentes a 91,34% do valor orçado para o exercício de 2016.

2.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes dizem respeito aquelas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. As despesas liquidadas somaram R\$ 76.605.106,62, correspondendo a uma redução de 7,18% em relação ao mesmo período no exercício de 2015.

- As despesas com Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R\$ 40.222.133,44;
- As Outras Despesas Correntes contemplaram os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa e social do município, com um total liquidado de R\$ 35.696.299,64;
- As despesas com juros e encargos da dívida totalizam R\$ 686.673,54.

2.2.2. Despesas de Capital

As despesas de capital são provenientes de investimentos e alienação de bens de capital, definidas como operações de capital, recebimento das amortizações, empréstimos concedidos e a que estejam, por ato do poder público, vinculada à uma operação de capital. As despesas liquidadas somaram R\$ 4.658.044,52, correspondendo a um incremento de 41,02% em relação ao mesmo período de 2015. Nos grupos mais significativos, observam-se os seguintes resultados:

Os investimentos totalizaram R\$ 1.802.377,29.

As Amortizações da Dívida alcançaram o montante de R\$ 2.855.667,23.

As inversões financeiras totalizam R\$0,00.



3. RESTOS A PAGAR

O saldo inscrito em Restos a Pagar apurados ao final do exercício de 2015 totalizou R\$ 15.774.209,21, sendo R\$ 5.878.110,43 de despesas processadas e R\$ 9.896.098,78 de não processadas. Neste exercício, até o momento, foram pagos R\$ 10.328.208,61 daquele montante, além de R\$ 3.352.433,16 que foram cancelados. Desta forma o saldo atual de Restos a Pagar de exercícios anteriores é de R\$ 11.745.473,72. Para atender a estes compromissos, o município utilizou as disponibilidades financeiras de R\$ 11.057.055,31 apuradas no Balanço Patrimonial de 31/12/2015.

Em 2016, foi registrado uma inscrição de restos a pagar de R\$ 7.745.500,69, que somando-se ao saldo residual a pagar dos exercícios anteriores de R\$ 387.338,09, totaliza um montante atual a pagar de R\$ 18.802.556,00. Considerando o saldo atual de restos a pagar processados de R\$ 8.132.838,78, sendo que para atender a estes compromissos, o município apresenta um saldo de disponibilidades financeiras de R\$ 11.057.055,31 apuradas no balanço patrimonial, no referido período de apuração.

4. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, totalizaram até o 3º Quadrimestre o montante de R\$ 46.852.279,69, o que corresponde a 52,96% da Receita Corrente Líquida onde alcançou um montante de R\$ 88.465.372,23 em relação ao mesmo período.

Se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida, absolutamente dentro dos limites legais.

O limite legal ou máximo de despesas de pessoal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) é de 54,00% da Receita Corrente Líquida, e o limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF) é atingido a partir de 51,30% da Receita Corrente Líquida.

5. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram no 3º Quadrimestre de 2016 o montante de R\$ 19.917.928,83, o que corresponde a 32,60% da Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, que se encontra cumprido o limite de 15% para aplicações da espécie, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29.



Vargem Grande do Sul - Prefeitura Municipal

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas liquidadas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram, no período, R\$ 15.582.377,66, o que corresponde a 25,50% da Receita Líquida de Impostos e Transferências. É importante observar que o limite definido pela Constituição Federal no seu artigo 212 para aplicação em despesas com Ensino é de 25%, até o final do exercício de 2016.

O município participa do convênio de municipalização do Ensino Fundamental, recebendo recursos do FUNDEB. A determinação da LDB da Educação, de que no mínimo 60% dos recursos do FUNDEB sejam gastos na remuneração e valorização de professores e profissionais do magistério, foi atingido no período, tendo-se verificado que foi aplicado o montante de R\$ 11.523.110,88 o que corresponde a 76,42% dos recursos do FUNDEB, portanto acima do que determina a respectiva legislação.

No que se trata o restante dos 40% dos recursos do FUNDEB, sejam gastos em outras aplicações, tendo-se verificado que foi aplicado, o montante de R\$ 3.573.438,31 o que corresponde a 23,70%, portanto acima do que determina a respectiva legislação.

7. CONCLUSÃO

Portanto, é oportuno mencionar que após a aferição dos valores entre as receitas e as despesas e dos limites constitucionais, o resultado da Execução Orçamentária até o 3º Quadrimestre de 2016 representa uma receita arrecadada no valor de R\$ 89.152.865,16 e uma despesa liquidada no valor de R\$ 88.741.210,14 o que representa um superávit de execução orçamentária no valor de R\$ 411.655,02.

Isto posto, entendemos que a análise da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2016, expõem com clareza o esforço do atual governo, prefeito municipal e seus demais gestores da administração direta e indireta com a disciplina fiscal e a importância da gestão dos recursos públicos, às 10:00 horas, aos 21 dias do mês de Fevereiro de 2017.

AMARILDO DUZI MORAES

Prefeito